



**Sindicato  
Nacional  
do Ensino  
Superior**

## **VI Congresso do SNESup**

8 de Junho de 2019, Faro

### **Texto-base sobre**

### **Regulamentação do ensino superior e gestão das instituições públicas e privadas – modelos organizativos institucionais, participação e democracia interna**

Como se encontra geralmente implicado nos estatutos das instituições que o integram, o sistema de Ensino Superior e Ciência em Portugal tem por missão produzir e difundir cultura, conhecimento e tecnologia, no respeito pela liberdade de pensamento e na valorização do espírito crítico, contribuindo para a educação superior e para a construção de uma sociedade inspirada em princípios humanistas, que promovam o desenvolvimento sustentável e o bem-estar através do conhecimento, da criatividade, da iniciativa e da cooperação.

O modelo organizacional binário, composto pelas universidades e pelos institutos politécnicos, graças ao seu potencial de cobertura do território nacional, adequação regional e diversidade de oferta, tem constituído um razoável instrumento na realização daquela missão., e como tal se encontra consagrado no Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), desde 2007.

Porém, após mais de uma década de funcionamento do RJIES, verifica-se que a evolução do sistema ocorrida se define por uma densificação excessiva da rede nos grandes centros urbanos. Nomeadamente, pelo crescimento muito acentuado de algumas instituições, e por um enfraquecimento das instituições mais pequenas, contribuindo deste modo para o agravamento das assimetrias entre o litoral, o interior e as regiões insulares ultraperiféricas.

O próprio RJIES inclui, aliás, um dos principais perigos para a evolução harmoniosa do sistema de Ensino Superior e Ciência em Portugal, ao consagrar a existência de instituições de ensino superior públicas de natureza fundacional, configuradas como instituições públicas em termos de financiamento e como instituições em regime de direito privado em termos de gestão e de relações laborais. Parece pois evidente que as universidades de natureza fundacional irão agravar o fenómeno da densificação excessiva da rede nos grandes centros urbanos, e, sobretudo, agravar as desigualdades na distribuição do financiamento público do sistema e na remuneração do trabalho.

A situação acima descrita redundava, naturalmente, na necessidade de reavaliar o modelo organizacional binário. Mas existe ainda outra necessidade de reavaliação que se prende com o modelo de governação das instituições e a tendência vigente para a governação autocrática. Em princípio, e ainda segundo o RJIES, os conselhos gerais surgem como órgãos de orientação estratégica e de contraponto aos poderes concentrados nos reitores. Na prática estes têm conseguido, mediante ventriloquismo institucional, obtido através da influência na composição daqueles órgãos e da sua transformação em extensões do poder reitoral, anular o princípio subjacente da separação de poderes. Acentua-se assim o perfil oligárquico da governação e, paralelamente, o alheamento das realidades por parte de outros órgãos e dos próprios docentes e investigadores, pois é um facto que a qualidade da democracia interna deriva diretamente do envolvimento destes fundamentais agentes do sistema nos processos de decisão.